

Protocolo nº 20.374.439-0

CONTRATO Nº 28/2023

Termo de Contrato que fazem entre si a Defensoria Pública do Estado do Paraná e XP On CONSULTORIA LTDA.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPPR)**, órgão público estadual independente, inscrita no CNPJ sob o nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, Dr. **ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO**, inscrito no CPF/MF nº 045.885.439-54 e **XP On CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.518.065/0001-29, com sede à ST/SCN QD. 05, BL. A, ENTRADA 50, SALA 1406-ASA NORTE DF – CEP 7071-010, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **AGUINALDO ALVES BARBOSA**, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 234.903.811-49, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, em virtude do Pregão Eletrônico nº 016/2023 (Protocolo nº 17.309.261-0), cuja homologação foi realizada na data de 18/04/2023 e publicada no DED nº 308 (24/04/2023), mediante as cláusulas e condições adiante expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de licenças de uso (locação) de sistema de videoconferência em nuvem, para o período de 12 (doze) meses para a Defensoria Pública do Estado do Paraná.

EMPRESA:	XP On CONSULTORIA LTDA
CNPJ:	23.518.065/0001-29
ENDEREÇO:	ST/SCN QD. 05, BL. A, ENTRADA 50, SALA 1406-ASA NORTE DF
E-MAIL:	licitacoes@xpon.com.br
TELEFONE:	(61) 9 9426-4680
RESPONSÁVEL:	AGUINALDO ALVES BARBOSA (CPF nº 234.903.811-49)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Aquisição de 56 (cinquenta e seis) licenças de uso (locação) de sistema de videoconferência em nuvem, para o período de 12 (doze) meses, para a Defensoria Pública do Estado do Paraná, conforme quantitativo e requisitos constantes do Termo de Referência e demais documentos complementares constantes do procedimento indicado em epígrafe.



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
ÚNICO	1	Licença anual de sistema de videoconferência em nuvem, conforme especificações do Termo de Referência	56	R\$ 1.076,07	R\$ 60.259,92
VALOR TOTAL: R\$ 60.259,92 (sessenta mil, duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos).					

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Aplicam-se todas as disposições contidas no procedimento indicado em epígrafe, independentemente de transcrição, em especial com relação ao Termo de Referência e à Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses (excluído o dia do termo final), contados do efetivo início da prestação do serviço, prorrogável na forma do artigo 103, inciso III, da Lei Estadual nº 15.608/2007.

4.2. Caso a CONTRATANTE identifique necessidade na prorrogação do presente Contrato, a CONTRATADA será instada a se manifestar a respeito e deverá informar seu interesse ou não na continuidade da avença em até 120 dias da data final deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

6.1. O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ 60.259,92 (sessenta mil, duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos).

6.2. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPPR quaisquer custos adicionais.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo limite estabelecido nas cláusulas seguintes, após a comunicação escrita do contratado, acompanhada do respectivo documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação aplicável, para



efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação.

6.1.1. O objeto será recebido provisoriamente em até 5 (cinco) dias da comunicação escrita do contratado;

6.1.2. O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos previstos taxativamente no artigo 74, incisos I, II e III da Lei 8.666/1993, sendo neste caso realizado mediante recibo, conforme parágrafo único do citado dispositivo.

6.2. O objeto será recebido definitivamente somente mediante a presença do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação pertinente, bem como após a verificação da manutenção dos requisitos de habilitação requeridos no procedimento de compra, inclusive mediante a apresentação das seguintes certidões negativas ou positivas com efeito de negativas:

6.2.1. Fiscais de Débitos das receitas nos âmbitos municipal, estadual e federal;

6.2.2. Certidão de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

6.2.3. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

6.2.4. Caso alguma das referidas certidões tenha seu prazo de validade expirado, poderá o órgão responsável pelo recebimento definitivo, a seu exclusivo critério, diligenciar para obtenção do documento atualizado ou solicitar que a CONTRATADA o apresente.

6.2.5. Na ocorrência da hipótese mencionada no item anterior, ou quando se verificar alguma inconsistência nos documentos enviados pela CONTRATADA, o prazo de recebimento será interrompido e recomeçará a contar do zero a partir da regularização da pendência.

6.3. O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto ao contratado, que não pode ultrapassar o prazo de 10 (dez) dias, salvo quando houver previsão expressa e justificada.

6.4. No caso de recebimento definitivo de objeto cujo valor supere R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), deverá ser designada comissão específica pela autoridade competente, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, que elaborará termo circunstanciado para esse fim.

6.5. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere os itens anteriores não serem realizados, serão reconhecidos de forma tácita, mediante comunicação à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos, nos termos do artigo 73, § 4º da Lei 8.666/1993.

6.6. Antes do encaminhamento ao Departamento Financeiro (DFI) e consequente liberação do pagamento, o servidor responsável terá o prazo de 10 (dez) dias para

realizar o ateste do documento de cobrança e dos eventuais documentos acessórios que sejam necessários, a contar do recebimento de todos os documentos elencados nos itens anteriores.

6.7. O objeto prestado será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Referência, salvo se de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

6.8. A CONTRATADA deverá corrigir, refazer ou substituir o objeto que apresentar quaisquer divergências com as especificações fornecidas, bem como realizar possíveis adequações necessárias, sem ônus para a CONTRATANTE.

6.9. O recebimento definitivo do objeto fica condicionado à demonstração de cumprimento pela contratada de todas as suas obrigações assumidas, dentre as quais se incluem a apresentação dos documentos pertinentes, conforme descrito no item 6.2, e demais documentos complementares.

6.10. Os recebimentos provisório ou definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução/prestação do objeto.

6.11. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à prestação da totalidade do objeto indicado na ordem de fornecimento/serviço, sendo vedados recebimentos fracionados decorrentes de um mesmo pedido.

6.11.1. Caso a prestação do objeto seja estipulada de forma parcelada, os recebimentos provisório e definitivo serão efetuados apenas por ocasião entrega da última parcela, quando, então, serão adotadas as medidas destinadas ao pagamento dos serviços, desde que observadas as demais condições do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. Após o recebimento definitivo pelo responsável pelo acompanhamento, os pagamentos serão efetuados na forma de depósito ou crédito em conta corrente em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias, exceto para as despesas de valor inferior a R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), cujo pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do § 3º do artigo 5º da Lei 8.666/93, contados também do recebimento definitivo.

7.2. Para a liberação do pagamento, o responsável pelo acompanhamento encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar ao Departamento Financeiro que então providenciará a liquidação da obrigação.

7.3. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos a CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.



7.3.1. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

7.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPPR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

7.5. A DPPR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

7.5.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPPR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE REVISÃO E REAJUSTE

8.1. O preço contratado é suscetível de reajuste e/ou revisão, observadas, em qualquer caso, as disposições legais aplicáveis.

8.2. O reajuste será realizado anualmente em relação aos custos sujeitos à variação de mercado, depois de decorridos 12 (doze) meses da data da publicação deste termo de Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública, devendo ser utilizado índices específicos ou setoriais mais adequados à natureza da obra, compra ou serviço, sempre que existentes, nos termos dos artigos 113 e 114 da Lei nº 15.608/2007.

8.3. Na ausência dos índices oficiais específicos ou setoriais, previstos no item anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, dentre os seguintes:

- 8.3.1. Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA;
- 8.3.2. Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC;
- 8.3.3. Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M; ou
- 8.3.4. Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – a IGP-DI.

8.4. Na hipótese de não ter sido divulgado o índice relativo ao último mês do período da apuração, deverá ser adotada a variação dos 12 (doze) meses imediatamente antecedentes a esse mês;

8.5. Competirá à CONTRATADA, quando esta considerar que o índice aplicável é insuficiente ao reequilíbrio do contrato, justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, indicando claramente e justificando o índice adotado;

8.6. O prazo para a CONTRATADA solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao período em que se completarem 12 (doze) meses da publicação do Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública ou do



reajuste anterior, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação;

8.7. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste;

8.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados do período em que se completarem 12 (doze) meses da publicação do Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública ou do reajuste anterior;

8.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão;

8.10. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas a partir do dia seguinte à data em que se completarem 12 (doze) meses da publicação do Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública, do reajuste anterior ou da data em que deveria ter ocorrido o reajuste anterior;

8.11. Quando, antes da data do reajuste, já tiver ocorrido a revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

8.12. Os valores resultantes de reajuste terão sempre, no máximo, quatro casas decimais.

8.13. A revisão será realizada única e tão somente com relação às hipóteses previstas em lei, em especial aquelas constantes do artigo 112, § 3º, incisos II e III, da Lei Estadual nº 15.608/2007, observando todas as disposições pertinentes.

8.13.1. A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico, além da aprovação da autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Será designado representante pela autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não



implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/07.

9.2.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e, se for o caso, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Indica-se a disponibilidade de recursos na seguinte dotação orçamentária: 0760.03.061.43.6009 / 95 / 3.3 – Fundo da Defensoria Pública / Recursos de Outras Fontes / Outras Despesas Correntes. Fonte de Recursos: 250 - Diretamente Arrecadados. Detalhamento de Despesas: 3.3.90.40.02 - Locação de Softwares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS DAS PARTES

12.1. O objeto da contratação pode ser alterado pela CONTRATANTE, mediante as devidas justificativas, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da Administração.

12.2. O objeto da contratação pode ser alterado pela CONTRATANTE, mediante as devidas justificativas, se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.2.1. Eventuais supressões que superem o limite acima referido poderão ser celebradas mediante acordo entre as partes.

12.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços objeto da contratação com perfeição, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e demais documentos pertinentes à contratação, apresentando o respectivo documento de cobrança, quando de sua conclusão, na qual constarão as indicações necessárias, prazos de garantia, entre outras informações, conforme o caso.

13.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços, de acordo com os artigos 14, 17 e 20 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

13.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, nos prazos fixados no Termo de Referência e neste contrato, os objetos com inadequações ou defeitos.

13.4. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de início ou conclusão da prestação do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

13.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação.

13.6. Indicar, em ofício apartado, por ocasião da assinatura deste Termo de Contrato, preposto para representá-la, comunicando, ainda, pelo mesmo meio, qualquer alteração quanto ao responsável pela sua representação durante a execução contratual.

13.7. Apresentar, como condição de recebimento, quaisquer das certidões referenciadas na cláusula do recebimento que tenham seu prazo de validade expirado durante a execução contratual.

13.8. Não será admitida subcontratação do objeto licitatório.

13.9. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

13.10. Atender no prazo determinado, as solicitações da CONTRATANTE referentes à gestão e execução do contrato, inclusive de remessa de eventuais documentos para reajustes, prorrogações e alterações em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato, Termo de Referência e seus anexos.

14.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

14.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços prestados, para que sejam refeitos ou corrigidos.

14.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.



14.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos no contrato, no Termo de Referência e seus anexos.

14.6. As demais obrigações da CONTRATANTE encontram-se dispostas no respectivo Termo de Referência do procedimento de compra referenciado em epígrafe.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla defesa à licitante, das sanções previstas na Lei Estadual nº 15.608/2007 e regulamentadas, no âmbito desta Defensoria, por meio da Deliberação CSDP nº 11/2015, quais sejam:

- I - Advertência, em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação;
- II - Multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia útil, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento), na hipótese de atraso no adimplemento de obrigação, tais como a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente fora do prazo estabelecido, início e/ou conclusão do fornecimento fora do prazo previsto;
- III - Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nas seguintes hipóteses, dentre outras:
 - a) não manutenção da proposta;
 - b) apresentação de declaração falsa;
 - c) não apresentação de documento na fase de saneamento;
 - d) inexecução contratual;
 - e) recusa injustificada, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
 - f) abandono da execução contratual;
 - g) apresentação de documento falso;
 - h) fraude ou frustração do procedimento mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente;
 - i) afastamento ou tentativa de afastamento de outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - j) atuação de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
 - k) recebimento de condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



- l) demonstraç o de n o possuir idoneidade para contratar com a Administra o, em virtude de atos il citos praticados, em especial infra o es   ordem econ mica definidos na Lei Federal n  8.158/91;
- m) recebimento de condena o definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
- IV - Suspens o tempor ria de participa o em licita o e impedimento de licitar e contratar com a DPPR pelo prazo de at  2 (dois) anos, nas seguintes hip teses:
- a) recusa injustificada, ap s ser considerado adjudicat rio, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administra o;
 - b) n o manuten o da proposta;
 - c) abandono da execu o contratual;
 - d) inexecu o contratual.
- V - Declara o de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administra o P blica, pelo prazo m ximo de 05 (cinco) anos, aplicada   licitante que:
- a) apresenta o de declara o falsa na fase de habilita o;
 - b) apresenta o de documento falso;
 - c) fraude ou frustra o do procedimento mediante ajuste, combina o ou qualquer outro expediente;
 - d) afastamento ou tentativa de afastamento de outra licitante por meio de viol ncia, grave amea a, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - e) atua o de m -f  na rela o contratual, comprovada em procedimento espec fico;
 - f) recebimento de condena o judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - g) demonstra o de n o possuir idoneidade para contratar com a Administra o, em virtude de atos il citos praticados, em especial infra o es   ordem econ mica definidos na Lei Federal n  8.158/91;
 - h) recebimento de condena o definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

14.2. As san o es previstas acima poder o ser aplicadas cumulativamente.

CL USULA D CIMA QUINTA – DAS HIP TESES DE RESCIS O

16.1. O presente Termo de Contrato poder  ser rescindido nas hip teses previstas no artigo 129 da Lei Estadual n  15.608/07, com as consequ ncias indicadas no artigo 131 do referido diploma legal, sem preju zo das san o es aplic veis.



16.2. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados à CONTRATADA o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

16.3. A rescisão do contrato poderá ser:

16.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

16.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; ou

16.3.3. Judicial, nos termos da legislação.

16.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.5. A Contratada reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do contrato.

16.6. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

16.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.6.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/2002, na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), Lei Complementar Federal nº 123/2006, na Lei Estadual nº 15.608/2007 e legislação complementar, aplicáveis subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e a Lei Federal nº 8.078/1990.

16.2. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, para solucionar eventuais litígios, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura digital¹.

¹A data da assinatura será a data em que a CONTRATANTE realizou a assinatura digital.



ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DO PARANÁ

AGUINALDO ALVES BARBOSA
XP On CONSULTORIA LTDA

TESTEMUNHAS:

JOSE ROBERTO BRAZ
HENDERSON:21041334168
041334168

Assinado digitalmente por JOSE ROBERTO BRAZ
HENDERSON:21041334168
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF
A1, OU=VALID, OU=AR CARDS, OU=
Videoconferencia, OU=25449435000149, CN=
JOSE ROBERTO BRAZ
HENDERSON:21041334168
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.05.08 10:26:03-03'00"
Font: PDF Reader Versão: 12.1.2

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Documento: **Minutacontratualassinada.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Bruno Campos Faria** em 08/05/2023 13:26, **Andre Ribeiro Giamberardino** em 08/05/2023 13:52.

Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Aguinaldo Alves Barbosa** em 08/05/2023 10:25, **Jose Roberto Braz Henderson** em 08/05/2023 10:26.

Inserido ao protocolo **20.374.439-0** por: **Bruno Campos Faria** em: 08/05/2023 13:26.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
ce83920c9d0f4bbb9072ebfcaca4511a.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO N° 028/2023

Protocolo: 20.374.439-0 Pregão Eletrônico n° 016/2023
Partes: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ –
DPPR e XP On CONSULTORIA LTDA.

Objeto: Aquisição de 56 (cinquenta e seis) licenças de uso
(locação) de sistema de videoconferência em nuvem para a
Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Vigência: 12 (doze) meses (excluído o dia do termo final), contados
do efetivo início da prestação do serviço, prorrogável na forma do
artigo 103, inciso III, da Lei Estadual n° 15.608/2007.

Valor do Contrato: R\$ 60.259,92 (sessenta mil, duzentos e
cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos). Valor unitário
de cada licença é R\$ 1.076,07 (um mil e setenta e seis reais e sete
centavos).

Dotação Orçamentária: 0760.03.061.43.6009 / 95 / 3.3 – Fundo da
Defensoria Pública / Recursos de Outras Fontes / Outras Despesas
Correntes. Fonte de Recursos: 250 - Diretamente Arrecadados.
Detalhamento de Despesas: 3.3.90.40.02 - Locação de Softwares.

ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

Documento: **extratocontrato.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Andre Ribeiro Giamberardino** em 08/05/2023 13:52.

Inserido ao protocolo **20.374.439-0** por: **Bruno Campos Faria** em: 08/05/2023 13:26.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
c8d14f1c58910d676f062d8c3a74d4b.

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2023

Protocolo: 20.374.439-0 Pregão Eletrônico nº 016/2023
Partes: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ – DPPR e XP On CONSULTORIA LTDA.
Objeto: Aquisição de 56 (cinquenta e seis) licenças de uso (locação) de sistema de videoconferência em nuvem para a Defensoria Pública do Estado do Paraná.
Vigência: 12 (doze) meses (excluído o dia do termo final), contados do efetivo início da prestação do serviço, prorrogável na forma do artigo 103, inciso III, da Lei Estadual nº 15.608/2007.
Valor do Contrato: R\$ 60.259,92 (sessenta mil, duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos). Valor unitário de cada licença é R\$ 1.076,07 (um mil e setenta e seis reais e sete centavos).
Dotação Orçamentária: 0760.03.061.43.6009 / 95 / 3.3 – Fundo da Defensoria Pública / Recursos de Outras Fontes / Outras Despesas Correntes. Fonte de Recursos: 250 - Diretamente Arrecadados. Detalhamento de Despesas: 3.3.90.40.02 - Locação de Softwares.

ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A O CONTRATO 028/2022

Protocolo: 19.751.983-5 Dispensa nº 010/2022
Partes: Defensoria Pública do Estado do Paraná e APUCARANA COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA (Nome Fantasia: JAPA ÁGUA).
Objeto: Prorrogação Contratual para fornecimento de água mineral para a sede da DPPR em Apucarana com reajuste sobre o valor unitário de 2,9978% a partir de 02/02/2023.
Vigência: 19/05/2023 a 18/05/2024.
Valor unitário Atual: R\$ 13,00.
Novo Valor Unitário: R\$ 13,39.
Valor Estimado do Termo: R\$ 3079,70
Dotação Orçamentária: 0760.03.061.43.6009 / 95 / 3.3 – Fundo da Defensoria Pública / Recursos de Outras Fontes / Outras Despesas Correntes. Fonte de Recursos: 250 - Diretamente Arrecadados. Detalhamento de Despesas: 3.3.90.30.07 – Gêneros de Alimentação.

ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO
Defensor Público -Geral do Estado do Paraná

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008/2023
PROCESSO Nº 20.394.797-6
PREGÃO ELETRÔNICO 014/2023
PROCESSO Nº 18.984.950-8

Objeto: Lote único aquisição de Headsets
Beneficiária: BRASLYNC COMERCIO ELETRONICO LTDA (CNPJ: 35.858.504/0001-21).
Valor registrado: R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses a partir da publicação.
Data da assinatura: 08/05/2023
Fundamentação: Lei Federal nº 10.520/02, 8.666/93 e 8.078/90, Lei Complementar Federal nº 123/06, Lei Estadual nº 15.608/07 e Decreto Estadual nº 2.391/08.

Curitiba, 09 de maio de 2023.

ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

NOTA DE EMPENHO

Identificação

N. Documento	23000499	Tipo de Documento	OU	Data de Emissão	04/05/23
Pedido de Origem	23000526	Tipo de Pedido de Origem	OR		
Unidade Contábil	00760	FUNDO DA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA	FUNDEP		
Unidade	0760	FUNDO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ	- FUNDEP		
CNPJ Unidade	14.769.189/0001-96				
Proj/Atividade	6009	FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ	- FADEP		

Características

Recurso	Normal	Tipo Empenho	3	Global	
Adiantamento	NÃO	Diferido			
Obra	NÃO	Previsão Pagamento	04/05/23		
Utilização	4	Despesas que terão uso imediat	N. Licitação	0016/2023	Mod. de Licitação 7 Pregão Eletrônico
Reserva Saldo			N. Contrato		Tp. Contrato .
Cond. Pagamento	AV		N. Convênio		Tp. Convênio
P.A.D.V.	00		N. SID		

Credor

Credor	151105 - XP ON CONSULTORIA LTDA - EPP	CNPJ	23.518.065/0001-29
Endereço	SRTVN QUADRA 701 CONJUNTO, 124 - SL 515 ALA A - ASA NORTE BRASILIA - DF BR		
CEP	70719030		
Banco/Agência	001/1231-9		
Conta	61649/4		

Demonstrativo de Saldo Orçamentário

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

0760 6009 03 061 43 33904002 00 0000000250 1

Obs.: Valor estornado: R\$,00

R\$ 60.259,92 (sessenta mil, duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos)

Histórico

Aquisição de 56 licenças anuais de uso (locação) de sistema de videoconferência em nuvem. PE 0016/2023. P.: 20.374.439-0.

Aprovador 1235211 OLENKA LINS E SILVA MARTINS ROCHA

Dt.Aprovação 04/05/23

AUTORIZAÇÃO DO RESPONSÁVEL

R5843500A 04/05/23

19:34:18 Criador por VANANIAS

Página 1

Documento: **23000499XPOnFundo.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Vania Nobrega Ananias** em 04/05/2023 19:38, **Olenka Lins e Silva Martins Rocha** em 05/05/2023 13:14.

Inserido ao protocolo **20.374.439-0** por: **Vania Nóbrega Ananias** em: 04/05/2023 19:38.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
66209d86592e9daad90d3cd68caba692.